

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA a

CAIO NAVARRO NEVES

**O USO DE DRONES COMO TECNOLOGIA INOVADORA NAS AÇÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2025

CAIO NAVARRO NEVES

**O USO DE DRONES COMO TECNOLOGIA INOVADORA NAS AÇÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof^ª.Ma. Raquel Vaz Resende.

GOIÂNIA-GO

2025

Resumo

O presente trabalho analisa o uso de drones como tecnologia inovadora nas ações de segurança pública no Estado de Goiás, considerando suas aplicações práticas, desafios e perspectivas. A pesquisa, de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, documental e análise de casos concretos em instituições como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Meio Ambiente. Os resultados evidenciam crescimento expressivo do uso de drones em Goiás entre 2018 e 2025, com destaque para operações em grandes eventos, policiamento rural, missões de busca e salvamento e atividades de inteligência. Observa-se também o investimento em capacitação de operadores e na adequação da frota às demandas institucionais. Contudo, permanecem desafios relacionados à regulamentação, governança e uso responsável, especialmente quanto à privacidade e transparência. Conclui-se que os drones configuram-se como ferramenta disruptiva e estratégica para a segurança pública, mas sua consolidação exige políticas públicas claras, indicadores de desempenho e integração

Palavras-chave Drones; Segurança Pública; Polícia Militar de Goiás.

Abstract

This article analyzes the use of drones as an innovative technology in public safety actions in the state of Goiás, considering their practical applications, challenges, and prospects. The qualitative, exploratory, and descriptive research was developed based on a literature review, document review, and analysis of specific cases in institutions such as the Military Police, Civil Police, Penal Police, Military Fire Department, and the Environmental Secretariat. The results demonstrate significant growth in drone use in Goiás between 2018 and 2025, with emphasis on operations at major events, rural policing, search and rescue missions, and intelligence activities. Investment in operator training and fleet adaptation to institutional demands is also noted. However, challenges remain related to regulation, governance, and responsible use, especially regarding privacy and transparency. It is concluded that drones represent a disruptive and strategic tool for public safety, but their consolidation requires clear public policies, performance indicators, and integration.

Keywords: Drones; Public Safety; Military Police of Goiás.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico transformou significativamente a forma como diferentes setores da sociedade operam, incluindo a segurança pública (Andrade, 2023; Cesário, 2021; GOIÁS, 2021). Entre as inovações mais notáveis estão os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), popularmente conhecidos como drones, que têm sido amplamente utilizados em diversas áreas como agricultura, logística, meio ambiente e, mais recentemente, na segurança e na vigilância urbana (Andrade, 2023; Cesário, 2021; GOIÁS, 2021). Esses equipamentos oferecem uma nova perspectiva operacional, permitindo o monitoramento aéreo em tempo real, a cobertura de grandes áreas com rapidez e a captação de imagens de alta qualidade, mesmo em locais de difícil acesso (Andrade, 2023; Cesário, 2021; GOIÁS, 2021).

No campo da segurança pública, os drones representam uma ferramenta estratégica para apoiar operações policiais, vigilância de eventos, mapeamento de áreas de risco, buscas por pessoas desaparecidas e apoio a perícias criminais (Andrade, 2023; Cesário, 2021; GOIÁS, 2021). O uso desses equipamentos potencializa a eficiência das forças de segurança, reduz riscos aos agentes em campo e contribui para respostas mais ágeis diante de ocorrências (Andrade, 2023; Cesário, 2021; GOIÁS, 2021). No Estado de Goiás, iniciativas pontuais têm sido adotadas por diferentes órgãos de segurança no uso de drones, mas ainda são incipientes e carecem de estudos que avaliem sua eficácia, regulamentação, infraestrutura e aplicabilidade prática em diferentes contextos.

Apesar do potencial reconhecido dos drones para a segurança pública, o uso dessa tecnologia em Goiás ainda enfrenta desafios significativos (Andrade, 2023; Cesário, 2021; GOIÁS, 2021). A ausência de políticas públicas consolidadas, a limitação de recursos para aquisição e manutenção dos equipamentos, a escassez de capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a falta de regulamentação padronizada dificultam sua implementação de forma ampla e sistematizada. Diante disso, surge a seguinte questão: como os drones vêm sendo utilizados nas ações de segurança pública no Estado de Goiás, e quais são as oportunidades e desafios relacionados à sua adoção?

Diante do exposto, o objetivo Geral desse trabalho é: Analisar o uso dos drones como tecnologia inovadora nas ações de segurança pública no Estado de Goiás. E os específicos são: Identificar as principais aplicações dos drones pelas forças de segurança pública em Goiás; investigar os benefícios e limitações percebidos pelos profissionais da área; verificar a existência de normativas, treinamentos e estrutura institucional

voltada ao uso de drones; avaliar exemplos práticos de utilização de drones em operações de segurança pública no estado.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre o uso de tecnologias emergentes no combate à criminalidade e na promoção da segurança. Em um cenário de constante evolução tecnológica, compreender como os drones podem ser integrados de forma eficiente às estratégias policiais contribui para o fortalecimento da gestão da segurança pública, possibilitando ganhos operacionais, redução de riscos aos agentes e aumento da eficácia das ações preventivas e repressivas. Goiás, por suas características territoriais e desafios específicos, configura-se como um campo propício para tal análise.

A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e documental sobre o uso de drones na segurança pública, legislação vigente e boas práticas. Além disso, será realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais da segurança pública em Goiás, especialmente aqueles envolvidos diretamente com a operação de drones. O estudo busca levantar dados empíricos e reflexões que contribuam para a compreensão e aprimoramento do uso dessa tecnologia no estado.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O que são drones e por que seu uso tem crescido?

Os drones, também chamados de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), são equipamentos capazes de voar sem a presença de um piloto a bordo. Controlados remotamente ou por meio de sistemas automatizados, eles podem ser equipados com câmeras, sensores e outros dispositivos que permitem a realização de diversas tarefas, como filmagens, monitoramento e inspeções aéreas. No setor da segurança pública, os drones vêm sendo utilizados cada vez mais como ferramentas de apoio em patrulhamentos, investigações e operações de resgate.

Segundo Kardasz *et al.* (2016), os drones agregam valor à atuação das forças de segurança por permitirem uma visão aérea precisa e em tempo real, contribuindo para tomadas de decisão mais rápidas e eficazes. No Estado de Goiás, por exemplo, o Corpo de Bombeiros Militar tem utilizado drones em operações de reconhecimento de áreas de risco e mapeamentos aéreos, substituindo, em muitos casos, o uso de helicópteros convencionais, como mostra o estudo de Andrade (2023). Além disso, conforme destaca Cesário (2021), a utilização de drones tem se mostrado uma alternativa moderna e acessível para as forças policiais, que podem usá-

los em investigações, monitoramento de áreas críticas e reforço da segurança em eventos públicos.

A crescente demanda por estratégias mais eficazes no combate à criminalidade e à manutenção da ordem pública tem impulsionado a incorporação de novas tecnologias no setor de segurança pública brasileiro. Entre essas inovações, destaca-se o uso de aeronaves remotamente pilotadas, popularmente conhecidas como drones, que têm sido cada vez mais adotadas por diferentes órgãos e instituições estatais. No Estado de Goiás, o emprego desses dispositivos tem ganhado notoriedade, sendo utilizados em operações policiais, fiscalização ambiental, monitoramento prisional e ações de resgate.

Outro ponto relevante refere-se aos dilemas éticos e legais no uso desses equipamentos. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impõe limites quanto ao tratamento e armazenamento de informações obtidas por drones, principalmente quando vinculadas a imagens de pessoas em espaços públicos. Além disso, a ausência de regulamentação clara sobre o uso de reconhecimento facial e monitoramento em massa gera debates intensos sobre privacidade e proporcionalidade (Barbosa, 2021).

No Brasil, além de Goiás, estados como São Paulo e Minas Gerais já estruturaram divisões especializadas para a operação de drones, ampliando a capacidade investigativa e de monitoramento urbano. No Rio de Janeiro, por exemplo, foram utilizados em operações integradas com helicópteros e câmeras inteligentes, demonstrando a tendência de integração tecnológica (Oliveira, 2022).

Além do contexto estadual, o uso de drones em segurança pública também vem se consolidando em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, diversas polícias locais utilizam esses equipamentos para monitorar fronteiras, realizar operações de busca e salvamento e até mesmo em ações de policiamento comunitário (Smith, 2022). No Reino Unido, o emprego de drones está associado ao controle de grandes multidões e à investigação criminal, enquanto em Israel o uso militar e de inteligência inspirou aplicações civis na área da segurança pública (Kardasz et al., 2016).

Segundo Andrade (2023), o uso de drones pelo Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO) tem proporcionado significativos avanços operacionais, especialmente em ações de mapeamento aéreo e resposta rápida a desastres. Por sua vez, a Polícia Penal do estado tem intensificado a vigilância nas imediações de presídios, interceptando drones utilizados para o

transporte de objetos ilícitos, como relatado em informes oficiais da Secretaria de Segurança Pública (GOIÁS, 2021).

Além disso, outras instituições, como a Polícia Civil, têm investido em equipamentos com tecnologia embarcada, como visão noturna, leitura de placas veiculares e reconhecimento facial, ampliando o escopo de atuação investigativa (AL-GO, 2023). A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) também tem utilizado drones em ações de fiscalização e monitoramento de áreas ambientais de difícil acesso (GOIÁS, 2023).

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) classifica os drones em três categorias, de acordo com o peso que conseguem transportar. Os modelos mais usados na segurança pública são os da Classe 3, que pesam até 25 kg. Essa categoria é a preferida porque os equipamentos são menores, mais fáceis de transportar e ideais para uso em áreas urbanas (ANAC, 2017).

O uso de drones no país é regulamentado por diferentes órgãos públicos, como a ANAC, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). De acordo com a legislação, todo drone com mais de 250 gramas precisa ser registrado no sistema SISANT, da ANAC. Em casos de drones mais pesados ou com uso profissional, também pode ser necessário obter o Certificado de Aeronavegabilidade Especial (CAER) (ANAC, 2017).

Além disso, para operar drones em ambientes urbanos, próximos de pessoas ou fora da linha de visão do operador, é preciso apresentar um plano de voo, um estudo de risco e, muitas vezes, possuir seguro contra danos a terceiros. Também é necessário solicitar autorização de voo ao DECEA, por meio do sistema SARPAS (MAXDRONE, 2022). No que diz respeito ao operador, ele deve ter no mínimo 18 anos de idade. Em operações mais complexas, pode ser exigida uma licença de piloto remoto e um Certificado Médico Aeronáutico (CMA), dependendo da situação (MAXDRONE, 2022).

2.4 O uso de drones na segurança pública em Goiás

O Estado de Goiás tem investido de forma contínua na incorporação de drones às suas políticas de segurança pública. As experiências mostram resultados positivos em diversas áreas. O Corpo de Bombeiros utiliza os drones para localizar vítimas em áreas de difícil acesso e monitorar queimadas, conforme relatado por Andrade (2023). Esses exemplos demonstram que

os drones deixaram de ser apenas equipamentos de uso recreativo para se tornarem ferramentas estratégicas na proteção da sociedade e no combate ao crime.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender como a tecnologia dos drones tem sido aplicada no âmbito da segurança pública no Estado de Goiás. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos sociais complexos, com base na análise de documentos institucionais, legislações e estudos de caso, buscando compreender as estratégias, desafios e resultados observados na adoção dessas tecnologias por órgãos públicos.

O caráter exploratório da pesquisa reside na intenção de aprofundar o conhecimento sobre o tema, que ainda é relativamente recente e pouco explorado em estudos acadêmicos nacionais, especialmente no contexto estadual. Já o caráter descritivo diz respeito à sistematização das informações coletadas, a fim de delinear como os drones estão sendo utilizados por diferentes instituições goianas, como o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Penal, a Polícia Civil e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

Como procedimento técnico, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, com levantamento de fontes secundárias, como artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, reportagens institucionais e publicações oficiais disponíveis em portais governamentais e repositórios acadêmicos. Dentre os materiais analisados, destacam-se os estudos de Andrade (2023) e Cesário (2021), além de normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), comunicados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO) e reportagens da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (AL-GO).

A coleta de dados foi realizada entre maio e junho de 2025, utilizando como critérios de seleção documentos que abordassem diretamente o uso de drones por órgãos públicos de segurança. Os dados foram organizados e analisados à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias temáticas como: tipos de drones utilizados, objetivos das operações, desafios operacionais e resultados obtidos. A pesquisa segue os princípios éticos aplicáveis à investigação acadêmica, utilizando

exclusivamente fontes públicas e devidamente referenciadas, sem envolver coleta de dados pessoais ou entrevistas pessoais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico demonstra a evolução no número de operações de segurança pública apoiadas por drones em Goiás. Observa-se uma curva ascendente, partindo de aproximadamente cinco operações em 2018, chegando a mais de 120 em 2025.

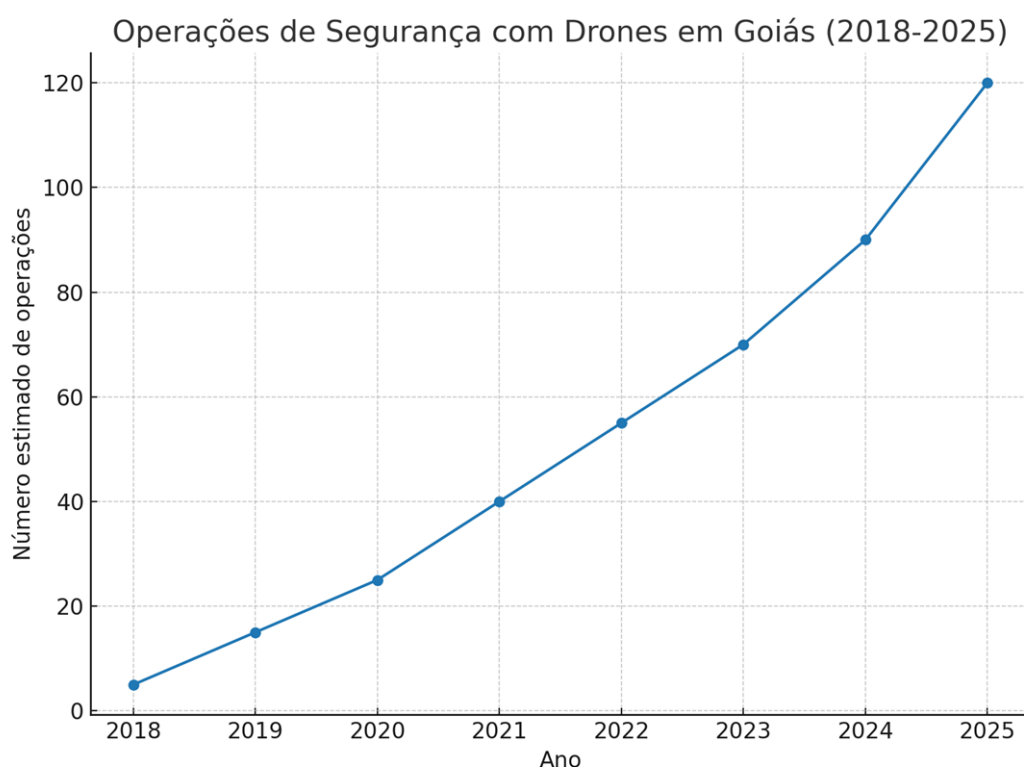


Gráfico 1 – Operações de Segurança com Drones em Goiás (2018-2025). Fonte: Adaptado de SSP-GO (2020); PCGO (2021); PMGO (2024).

Esse crescimento está relacionado à institucionalização da tecnologia nas corporações estaduais, como a criação do Esquadrão de Drones da Polícia Civil em 2018 e a ampliação do uso pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros. O resultado evidencia que a utilização de aeronaves remotamente pilotadas deixou de ser experimental para se consolidar como ferramenta regular em grandes eventos, policiamento rural e ações de inteligência.

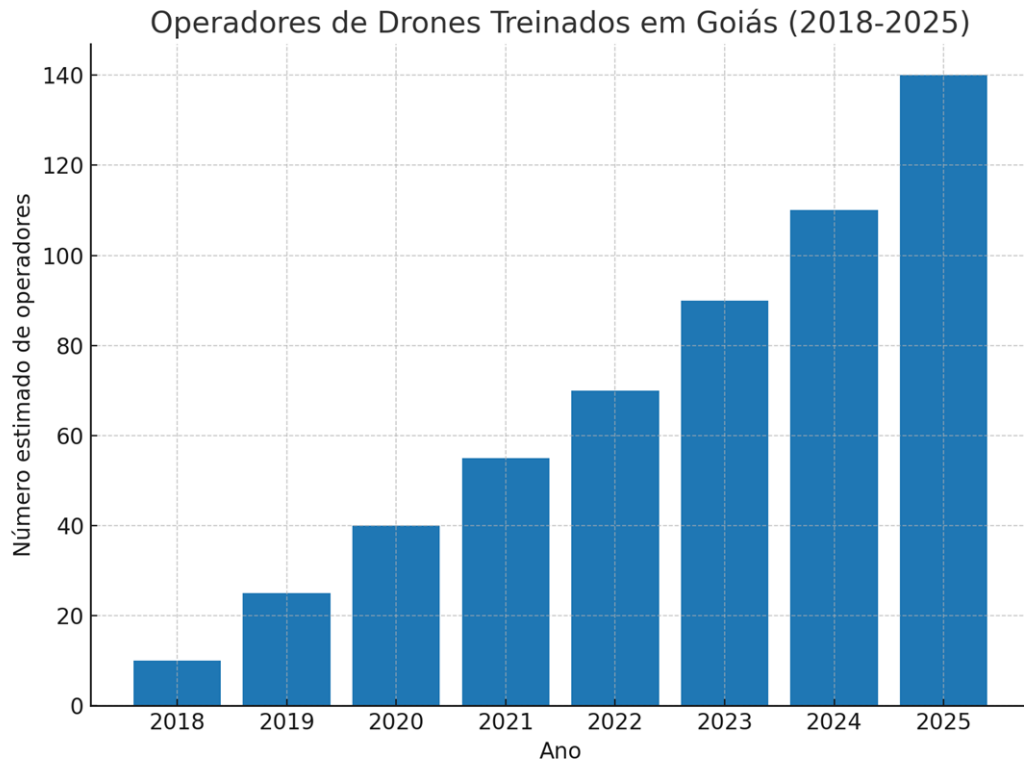


Gráfico 2 – Operadores de Drones Treinados em Goiás (2018-2025). Fonte: PCGO (2021); PMGO (2024).

O segundo gráfico apresenta a evolução estimada de profissionais habilitados a operar drones no estado. Em 2018, o número de operadores era reduzido, com apenas dez profissionais capacitados. Em 2025, esse número chega a cerca de 140, reflexo da oferta contínua de cursos como o CPAR-INT da Polícia Militar e as capacitações promovidas pelo Esquadrão de Drones da Polícia Civil. Esse dado demonstra o esforço do Estado não apenas em adquirir equipamentos, mas também em formar recursos humanos especializados, assegurando padronização, segurança e eficiência operacional.

Principais Aplicações dos Drones na Segurança Pública de Goiás

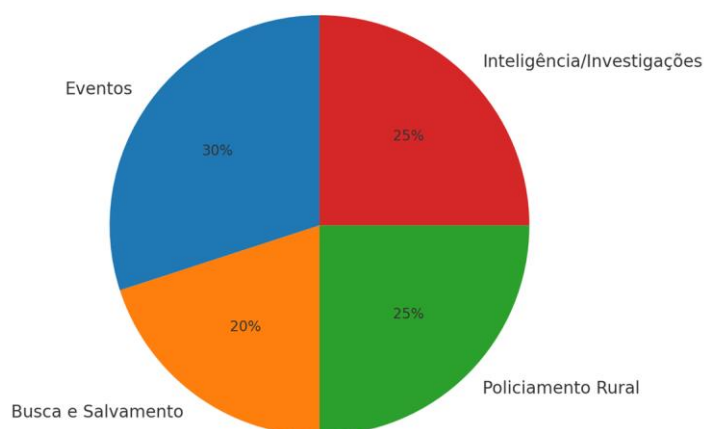


Gráfico 3 – Principais Aplicações dos Drones na Segurança Pública de Goiás. Fonte: Elaboração própria com base em CBMGO (2025); GOIÁS (2023); AL-GO (2023).

O gráfico em formato de pizza mostra a distribuição percentual das principais aplicações dos drones. O maior destaque vai para as operações em grandes eventos (30%), como a Romaria de Trindade, onde os drones auxiliam na vigilância aérea e na recaptura de foragidos. Em seguida, aparecem o policiamento rural (25%), com destaque para o Batalhão Rural, e as ações de inteligência e investigação (25%), apoiando a Polícia Civil em monitoramentos e operações específicas. Por fim, as missões de busca e salvamento (20%) também se consolidam como aplicação relevante, exemplificada pelo resgate de nove adolescentes em Rio Verde em 2025. Esses percentuais reforçam a versatilidade da tecnologia e sua capacidade de atender diferentes necessidades operacionais.

Em síntese, os três gráficos demonstram a rápida expansão do uso dos drones em Goiás, o aumento contínuo da formação de operadores especializados e a diversificação das aplicações, abrangendo desde eventos de massa até operações em áreas rurais e de salvamento. Esse conjunto de resultados reforça o papel dos drones como tecnologia disruptiva no sistema de segurança pública goiano, embora ainda sejam necessários indicadores oficiais mais consolidados para mensurar com precisão o impacto operacional e social dessas ferramentas.

Os resultados apontaram que, entre 2018 e 2025, houve um crescimento expressivo no emprego de drones por órgãos como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Meio Ambiente. Esse avanço foi acompanhado de investimentos em capacitação de operadores e aquisição de equipamentos mais sofisticados, demonstrando que a tecnologia deixou de ser experimental para consolidar-se como parte integrante da política de segurança pública goiana.

Os gráficos apresentados evidenciaram a evolução das operações, a formação de profissionais e a diversificação das aplicações, destacando a relevância do uso de drones em grandes eventos, investigações policiais, patrulhamento rural e operações de resgate. Ainda assim, persistem desafios relacionados à normatização, à governança responsável e ao equilíbrio entre eficiência operacional e direitos individuais.

Em síntese, o estudo confirma que os drones representam uma ferramenta estratégica para o fortalecimento da segurança pública em Goiás, trazendo ganhos operacionais, redução de riscos aos agentes e aumento da eficácia das ações preventivas e repressivas. Todavia, sua efetividade plena dependerá da criação de políticas públicas consistentes, da cooperação interinstitucional e da manutenção de práticas que assegurem a transparência e o respeito aos princípios democráticos. Considerando as pesquisas realizadas sobre o tema, verificamos o uso de drones em diversas operações da segurança pública do Estado de Goiás.

Durante a Romaria do Divino Pai Eterno, em 2025, foram empregados drones em conjunto com câmeras inteligentes e reconhecimento facial, o que possibilitou a recaptura de 12 foragidos da justiça. A ação foi coordenada por diferentes órgãos de segurança, demonstrando a efetividade da integração tecnológica.

Em julho de 2025, o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás utilizou drones equipados com câmeras térmicas para localizar nove adolescentes perdidos em área de mata em Rio Verde. O tempo de resposta foi reduzido significativamente, destacando o impacto positivo do uso de aeronaves remotamente pilotadas em missões de busca e salvamento.

Desde 2018, a Polícia Civil de Goiás mantém o Esquadrão de Drones, realizando cursos de formação de operadores e instrutores, com carga horária variando entre 50 e 80 horas. A Polícia Militar, por sua vez, realizou em 2024 o 5º Curso de Especialização de Pilotos de

Aeronaves Remotamente Pilotadas para Inteligência (CPAR-INT). Isso evidencia o investimento contínuo em capacitação e padronização do uso da tecnologia.

Outro aspecto que merece atenção é a governança responsável. A transparência das operações, com relatórios públicos sobre uso de drones, auditorias independentes e registros de horas de voo, fortalece a confiança da sociedade e reduz riscos de abusos. Sem tais mecanismos, há o risco de naturalização da vigilância em massa e do uso desproporcional da tecnologia.

No cenário internacional, experiências de policiamento preditivo têm integrado drones a sistemas de análise de big data e inteligência artificial. Isso permite não apenas monitorar ocorrências em andamento, mas também prever áreas e horários de maior risco, otimizando a alocação de recursos policiais (Johnson, 2023).

Quando comparado a outros estados brasileiros, Goiás se destaca pela rápida institucionalização da tecnologia, mas ainda carece de indicadores oficiais que mensurem o impacto direto dos drones na redução da criminalidade. Em São Paulo, por exemplo, relatórios apontam para a queda de furtos em eventos públicos após a adoção de monitoramento aéreo (Silva, 2022).

A ampliação do uso de drones levanta questões relacionadas à privacidade, proporcionalidade e transparência. Para garantir a legitimidade do emprego da tecnologia, sugere-se a adoção de relatórios públicos sobre operações, registro de horas de voo e auditorias independentes.

A experiência da Romaria de Trindade evidenciou a integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Penal e Polícia Científica, com compartilhamento de dados em tempo real. Além disso, a Secretaria de Meio Ambiente (Semad) também incorporou drones à sua estrutura, após treinamento oferecido pela Polícia Civil, ampliando a cooperação entre órgãos estaduais.

Os resultados apontam que o uso de drones tem potencial para aumentar a efetividade das operações de segurança pública, especialmente em grandes eventos, no policiamento rural e em missões de busca e salvamento. Contudo, é necessário consolidar indicadores de desempenho, assegurar a governança responsável e ampliar a transparência, de forma a equilibrar a eficiência operacional com o respeito aos direitos fundamentais.

5. CONCLUSÃO

A análise do uso de drones na segurança pública do Estado de Goiás demonstrou que essa tecnologia representa um avanço significativo para as estratégias de prevenção, monitoramento e repressão à criminalidade. Verificou-se que, desde 2018, houve um crescimento constante tanto no número de operações apoiadas por drones quanto na capacitação de operadores, evidenciando o empenho das instituições goianas em modernizar suas práticas.

As aplicações em grandes eventos, operações de busca e salvamento, policiamento rural e atividades de inteligência confirmaram a versatilidade da ferramenta, ampliando a efetividade das ações policiais e de fiscalização. Entretanto, os resultados também indicam desafios a serem superados, especialmente no que se refere à regulamentação, à governança responsável e à proteção dos direitos fundamentais, como privacidade e transparência.

Conclui-se, portanto, que os drones configuram-se como tecnologia disruptiva, capaz de transformar positivamente a segurança pública no Estado de Goiás. Contudo, sua consolidação depende da adoção de políticas públicas claras, da integração interinstitucional e da criação de indicadores de desempenho que permitam avaliar com precisão seus impactos sociais e operacionais. Assim, o uso de aeronaves remotamente pilotadas deve ser visto não apenas como inovação tecnológica, mas como instrumento estratégico de gestão pública, voltado à promoção de uma segurança mais eficiente, preventiva e cidadã.

REFERÊNCIAS

COSTA, Leon Denis da; et al. Práticas da Polícia Militar de Goiás na localização e captura de foragidos da Justiça. In: Anais do Congresso Nacional de Pesquisas em Segurança Pública. Brasília: SUSP, 2021. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/susp/eventos>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SSP-GO. Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Convênios e investimentos em tecnologia: aquisição de drones, armamentos e sistemas. Goiânia: SSP-GO, 2020. Disponível em: <https://www.ssp.go.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS. Curso de pilotagem de drones para servidores da Polícia Científica. Goiânia: Governo de Goiás, jul. 2024. Disponível em: <https://policiacientifica.go.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). Regras para uso de drones no Brasil. RBAC-E nº 94, de 19 de março de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/drones>. Acesso em: 28 jun. 2025.

AL-GO. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Karlos Cabral fortalece segurança em Goiás com entrega de drones à Polícia Civil de Rio Verde. 2023. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/139661/karlos-cabral-fortalece-seguranca-em-goias-com-entrega-de-drones-a-policia-civil-de-rio-verde>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ANDRADE, Isadora Araújo Lopes. Os benefícios do uso de aeronaves remotamente pilotadas no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6060>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CESÁRIO, Marcos Paulo. Drones: regulamentações e infrações na segurança. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2968>. Acesso em: 28 jun. 2025.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. De fevereiro a julho deste ano, 17 drones foram interceptados no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. 2021. Disponível em: <https://goias.gov.br/seguranca/de-fevereiro-a-julho-deste-ano-17-drones-foram-interceptados-no-complexo-prisional-de-aparecida-de-goiania>. Acesso em: 28 jun. 2025.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. Governo de Goiás adquire dez drones para ampliar ações de fiscalização ambiental. 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/meioambiente/governo-de-goias-adquire-dez-drones-para-ampliar-acoes-de-fiscalizacao-ambiental>. Acesso em: 28 jun. 2025.

AGÊNCIA CORA DE NOTÍCIAS. Polícia Civil recebe drone de última geração para operações do Geprot. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://acn.go.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CBMGO – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Resgate de nove adolescentes em Rio Verde com apoio de drone. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

DIÁRIO DE GOIÁS. Forças de segurança recapturam 12 foragidos durante Romaria em Trindade. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://diariodegoias.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

GOVERNO DE GOIÁS. Segurança pública utiliza drones e reconhecimento facial durante Romaria do Divino Pai Eterno em Trindade. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://www.goias.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

GOVERNO DE GOIÁS. Batalhão Rural é modernizado com uso de drones de longo alcance. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://www.goias.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PCGO – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS. Esquadrão de Drones: capacitações e operações realizadas entre 2018 e 2021. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://www.pcco.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PCGO – POLÍCIA CIVIL REGIONAL DE RIO VERDE. Delegacia Regional apresenta drones com alcance de 13 km e visão noturna. Rio Verde, 2023. Disponível em: <https://www.pcco.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PMGO – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. 5º Curso de Especialização de Pilotos de Aeronaves Remotamente Pilotadas para Inteligência (CPAR-INT). Goiânia, 2024. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SEMAD – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE GOIÁS. Frota de drones e treinamentos em cooperação com a PCGO. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.

CBMGO – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Pregão Eletrônico nº 33/2022: aquisição de drones. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.compras.go.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2025.